



Temas relevantes da agenda federativa

Dezembro de 2014

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2011), firmado em 2011.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).

Pesquisador responsável: Antonio Lassance.

antonio.lassance@ipea.gov.br

Colaboraram para este relatório (no levantamento das informações de calendário) Paula Ravanelli Lozada e Crislaine do Nascimento (da Subchefia de Assuntos Federativos da SRI) e Leonardo Meira Reis (do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, do IPEA).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

Análise

A questão mais sensível para o mês de dezembro é a da flexibilização da meta de superávit primário (PLN 36/2014). A proposta altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2014) e permite ao Executivo abater do cálculo do superávit o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações de tributos concedidas ao longo do ano, principais fatores que levaram ao não cumprimento da meta originalmente estipulada na LDO.

O projeto tem implicações não apenas para a conformidade das contas do Governo Federal, mas também para o empenho de recursos de emendas parlamentares contempladas pela sistemática do chamado orçamento impositivo.

Por meio do Decreto 8.367/14, o Executivo elevou de R\$ 7 bilhões para R\$ 10 bilhões os recursos disponíveis para serem gastos pelos vários ministérios ainda neste ano, o que contempla R\$ 444 milhões reservados às emendas parlamentares.

Os gastos previstos no decreto, porém, depende da aprovação do PLN 36/2014, na medida em que a não flexibilização do superávit desautorizaria a execução dos gastos.

A Câmara dos Deputados realiza esforço concentrado para limpar os projetos da pauta até o dia 17 de dezembro, tendo o orçamento impositivo como um dos assuntos. A regra do orçamento impositivo, por enquanto, tem sido prevista na LDO. A proposta em discussão (PEC) constitucionalizaria a regra.

Em sessão solene, o Congresso Nacional deve promulgar a Emenda Constitucional 84, que efetivará a elevação dos repasses de impostos federais ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em um ponto percentual.

Aprovado mediante acordo, o aumento do volume de repasses será feito em duas fases: 0,5% a partir de julho de 2015 e a outra metade a partir de julho de 2016. O impacto estimado é de R\$ 1,4 bilhão, em 2015, e, conseqüentemente, de pelo menos R\$ 2,8 bilhões a partir de 2016.

Outra proposta de impacto nas contas públicas é a de votação, no Plenário da Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 170/2012, que concede aposentadoria integral por invalidez ao servidor público em qualquer situação.

Neste mês, termina o prazo para que os municípios assumam os ativos de Brasília, 1º. de dezembro de 2014.

iluminação pública. A transferência é obrigatória, de acordo com a Resolução 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cuja entrada em vigor foi prorrogada por diversas vezes.

A partir de 2015 os municípios passam a ser responsáveis pela troca de luminárias, de postes, lâmpadas, reatores e outros materiais e equipamentos destinados à iluminação de ruas, praças etc.

A maioria dos estados (Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins) já se incumbia dessa obrigação antes mesmo da Resolução da Aneel.

Restavam ainda os municípios dos estados do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco e São Paulo.

Aguarda votação (em segundo turno) a PEC 197/2012 (reparte entre estados de origem e de destino o ICMS da compra de produtos e serviços pela internet). Progressivamente, a partir de 2015, a alíquota de distribuição do ICMS passaria a remunerar o estado comprador com 20% do valor do imposto, até 2019, quando o Estado de destino da mercadoria receberia 100% do ICMS.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve deliberar sobre o projeto de convalidação dos incentivos concedidos na guerra fiscal entre os estados (PLS 130/2014).

A CAE deve também votar o teto de 10% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos serviços de internet em banda larga, com o objetivo de reduzir o custo do acesso.

Calendário político

1º de dezembro

Brasília, 1º. de dezembro de 2014.

- Início do prazo para coordenadores dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), Centros Pop e Unidades de Acolhimento retificarem os questionários do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Suas) 2014. As retificações do questionário poderão ser feitas entre os dias 1º e 5 de dezembro. O levantamento mostra para os estados e municípios o estágio de organização de cada um dos equipamentos de assistência social e dos serviços prestados;

2 de dezembro

- Solenidade de promulgação da Emenda Constitucional n° 84, que garante aumento de 1% (metade em 2015 e o restante em 2016) no montante de recursos repassados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
- Encontro Nacional de Gestores Municipais de Cultura - Promovido pela Associação Brasileira de Municípios o evento tem o objetivo de oferecer capacitação e suporte às Prefeituras na implantação dos Sistemas Municipais de Cultura. Será realizado na sede da ABM em Brasília-DF;
- Possibilidade de votação no Plenário do Congresso Nacional do Projeto de Lei do Congresso (PLN) 36/2014, que autoriza o governo a promover um abatimento sem limite da meta de resultado primário de 2014;
- Possibilidade de votação, em caráter terminativo, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, do PLS 258/2009, que propõe que 162 mil hectares da reserva biológica conhecida como Nascentes da Serra do Cachimbo, no sul do Pará, sejam convertidos no Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, localizado entre os municípios paraenses de Altamira e Novo Progresso, e outros 178 mil hectares, em Altamira, passem à condição de Área de Proteção Ambiental Vale do XV;
- Possibilidade de votação no Plenário da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358/2013 que institui o orçamento impositivo de emendas parlamentares;
- Possibilidade de votação no Plenário da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 170/2012, que concede aposentadoria integral por invalidez ao servidor público em qualquer situação;
- Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle 5º

Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Debate sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a repartição das receitas tributárias. Auditório Nereu Ramos.

3 de dezembro

- Seminário “Copa 2014, Legados para o Brasil” debate os benefícios das ações adotadas pelo poder público e pela iniciativa privada na organização da Copa do Mundo de 2014. O evento reúne a Prefeitura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro e os ministérios do Esporte, Turismo, Secretaria de Aviação Civil, Comunicações, Defesa, Justiça e Meio Ambiente a Prefeitura de Belo Horizonte, Fifa, Comitê Organizador Local da Copa, Sebrae e Apex. No Rio de Janeiro, dias 3 e 4.
- Prêmio Cidades Sustentáveis, iniciativa é da secretaria executiva do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM). O prêmio é voltado às 273 prefeituras signatárias do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), e tem a finalidade de estimular os gestores públicos para a criação, manutenção e atualização de observatórios em seus respectivos municípios, contendo indicadores, programas de metas e informações relevantes sobre políticas públicas voltadas à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável, assim como reconhecer e valorizar as experiências bem-sucedidas;
- Entrada em vigor da Lei Antifumo, de abrangência federal. Será proibido fumar em locais fechados públicos ou privados. A Lei Antifumo está em vigor em alguns estados e municípios. A partir de agora, passa a ser adotada nacionalmente;
- IV Encontro Anual de Núcleos Estaduais de Fronteira da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), nos dias 3 e 4 de dezembro, em Dionísio Cerqueira (SC). O evento tem o objetivo de reunir os Núcleos Estaduais de Fronteira para a troca de experiências, debates, balanço das atividades de 2014 e planejamento de ações para 2015. Entre os temas que serão discutidos no encontro, destacam-se a apresentação de estudos socioeconômicos da região, o planejamento governamental para desenvolvimento regional e experiências de integração e desenvolvimento, com foco nas ações do consórcio intermunicipal da fronteira. Além disso, está prevista ao fim do primeiro dia do evento uma visita à Argentina, para integração através de reunião com autoridades locais argentinas e apresentações culturais;

- Previsão de votação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa, do PLS 511/2011, que propõe a inclusão expressa dos albergues na lista dos prestadores de serviços turísticos. O projeto altera a Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008);
- Comissão mista do Congresso encarregada de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição tem previsão de votar a regulamentação do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas. Algumas demarcações promovidas pelo Executivo em áreas originalmente consideradas como indígenas estão sendo consideradas subestimadas;

4 de dezembro

- Seminário regional (RJ) sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), promovido pelo Ministério das Cidades. Objetivo é divulgar o plano aos diversos agentes do setor de saneamento básico. Rio de Janeiro.
- Seminário sobre Regulação dos Direitos dos Usuários do Transporte Aéreo, dias 4 e 5 de dezembro, em Brasília (DF). Promovido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o evento tem como objetivo promover o debate entre agentes diretamente afetados pela regulação de serviços aéreos e de infraestrutura aeroportuária. O seminário é destinado a representantes de associações de defesa do consumidor e integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, representantes de associações de empresas aéreas, sindicatos, administradores aeroportuários, acadêmicos e servidores da Anac;

6 de dezembro

- Dia D de mobilização nacional da Campanha Nacional de Prevenção contra o vírus da dengue e também contra a febre chikungunya. Serão divulgadas orientações à população sobre como evitar a proliferação dos mosquitos causadores das doenças e alertas sobre a gravidade das enfermidades.

9 de dezembro

- Webseminário "Apoio Tecnológico aos Municípios", em Brasília (DF) e pela internet Brasília, 1º. de dezembro de 2014.

(<http://www.participa.br>). O objetivo é incentivar as prefeituras a utilizarem tecnologias públicas para tornar a administração municipal mais eficiente. A iniciativa reúne a secretarias de Relações Institucionais e Geral da Presidência da República, os ministérios do Planejamento, Comunicações, Saúde e Educação, a Controladoria-Geral da União, e conta com o apoio da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Associação Brasileira de Municípios (ABM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), SEBRAE e BNDES;

- Prazo para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) apresentar relatório final da avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional (STN), uma atribuição da comissão prevista no Regimento Interno do Senado. É atribuição da CAE avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

10 de dezembro

- Seminário regional (DF) sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), promovido pelo Ministério das Cidades. Objetivo é divulgar o plano aos diversos agentes do setor de saneamento básico. Em Brasília.

12 de dezembro

- Workshop 'Desenvolvimento Municipal', da Federação Goiana de Municípios. Goiânia (GO).

15 de dezembro

- Prazo previsto no cronograma de tramitação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para encaminhamento à Mesa Diretora do Congresso Nacional do parecer sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015.

16 de dezembro

- Assembleia de Eleição do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), organizada pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em Brasília.

17 de dezembro

- Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) - Entre Ríos, Argentina.

19 de dezembro

- Início da quarta edição da Operação Rodovida, uma ação integrada com estados e municípios para intensificar a fiscalização e reduzir os acidentes de trânsito no Brasil no período de festas de fim de ano e férias (19 de dezembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015). A Operação se baseia em um diagnóstico feito pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), que detectou os 100 trechos mais perigosos das rodovias federais;

23 de dezembro

- Início do recesso parlamentar. De fato, o recesso deve ter início na semana anterior (de 15 a 19).

31 de dezembro

- Termina o prazo para o restante dos municípios do país assumam os ativos de iluminação pública, conforme a Resolução 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A maioria dos estados já se incumbia dessa obrigação. Restavam ainda os dos estados do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco e São Paulo.

Eventos ao longo do mês

No Congresso, aguarda votação (em segundo turno) a PEC 197/2012 (reparte entre estados de origem e de destino o ICMS da compra de produtos e serviços pela internet). Progressivamente, a partir de 2015, a alíquota de distribuição do ICMS passaria a remunerar o estado comprador com 20% do valor do imposto, até 2019, quando o Estado de destino da mercadoria receberia 100% do ICMS.

No Senado, constam da ordem do dia, para este mês:

- Projeto que estabelece o turno integral nas escolas públicas de ensino fundamental, gradativamente, a partir do primeiro ano em 2016, até 2025, tem votação prevista em caráter terminativo na Comissão de Educação do Senado. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e também o Plano Nacional de Educação - aprovado neste ano.
- PEC nº 53, de 2007, "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis. Parecer sob nº 490, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Ricardo Ferraço, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, e pela rejeição da PEC nº 56, de 2009, que tramita em conjunto."
- PEC nº 56/2009, acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.
- PEC nº 46/2013, que altera a Constituição Federal para disciplinar a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do sistema único de saúde e na atenção básica à saúde. Parecer nº 1.228, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

- PEC nº 14/2014, altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a isonomia remuneratória entre os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios e os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal. Parecer nº 806, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Romero Jucá, favorável.

- PLC nº 26/2010 (nº 7233 de 2006, na Câmara), altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II - Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada.